

DISLEXIA E BULLYING: a ação dos professores para evitar a rejeição por alunos disléxicos em sala de aula

ROCHA, Larissa Abranches Arthidoro ¹

AMORIM, Marcos Vinícius Moyses ²

ROCHA, Cristiano Andrade Quintão Coelho ³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo avaliar se os professores do Ensino Fundamental I, da cidade de Ubá-MG, desenvolvem estratégias, no propósito de evitar o bullying contra alunos disléxicos em sala de aula. Constituindo-se temática que envolve uma questão socialmente relevante, o bullying foi referenciado teoricamente por diversos autores que estudaram esse fenômeno, assim como sua abordagem sobre dislexia, assunto ainda pouco discutido frente a sua importância. Ainda se discorre, neste ensaio, a relação não fortuita da diáde bullying e dislexia, a partir de obras de estudiosos acerca dessa questão. Partiu-se, posteriormente, a análises feitas por meio de pesquisa quali-quantitativa, com a aplicação de um questionário a 30 professores do Ensino Fundamental I, da cidade de Ubá-MG. A investigação resultou na verificação de que as práticas pedagógicas e sociais dos educadores participantes têm contribuído positivamente para que o *bullying* contra alunos disléxicos, em sala de aula, seja evitado.

Palavras-chave: Dislexia. Inclusão. *Bullying*. Professores. Alunos.

1 FAGOC. E-mail: larissa.rocha@fagoc.br

2 FAGOC. E-mail: marcosm.vamorim@yahoo.com

3 FAGOC. E-mail: cristiano.rocha@fagoc.br



INTRODUÇÃO

Atualmente, pressupõe-se ser de extrema importância para a vida educacional e social do ser humano a aquisição da leitura e da escrita, o que se justifica pela necessidade de preparo para a inserção dos indivíduos nos mais variados cenários denotados pela sociedade, considerando, a priori, o desenvolvimento humano.

Impera, no campo acadêmico, a premissa de que, para a evolução da leitura e da escrita, as crianças devem ser estimuladas desde o nascimento, sendo entendido, por vezes, que, conseqüentemente, o hábito e o prazer de realizar as duas funções cognitivas concretizam-se de maneira geral e são instituídos sempre com eficiência e excelência. Tais contribuições são essenciais para o aprendizado infantil e para proporcionar maiores aprimoramentos da leitura e escrita, visto serem vivenciadas no cotidiano, proporcionando bem-estar e segurança em exercer tais atividades (MENEZES; CHAVES; DIAS, 2015). Todavia, existem outras variáveis intervenientes da cognição que influem no processo de leitura e escrita; mais especificamente, neste ensaio, trata-se do transtorno de aprendizagem denominado dislexia.

Segundo Massi (2012), define-se por dislexia o distúrbio perceptível na aprendizagem com déficits na utilização da leitura e escrita, causado por um conjunto de alterações patológicas. Nesse viés, o autor conceitua o distúrbio corroborado a diversas áreas,

como as ciências cognitivas, fonoaudiologia, neurobiologia, educação e psicologia.

A partir dessa concepção, surgiram – de acordo com Tarnopol e Tarnopol (1981) –, algumas nomenclaturas (dificuldade de leitura e escrita, distúrbio de aprendizagem, dislexia do desenvolvimento, dificuldade de aprendizagem, dislexia de evolução, dislexia específica de evolução) que são utilizadas, de forma indiscriminada, para se referir às questões relacionadas à aprendizagem e à utilização da leitura e escrita. De certa forma, quando utilizadas de maneira inapropriadas, são facilitadoras para o surgimento de preconceitos exteriorizados aos disléxicos, mais precisamente neste estudo, em sala de aula. É possível perceber que as terminologias a serem citadas são fundamentadas teoricamente, porém, quando banalizadas, destacam apenas o aspecto negativo sobre a temática abordada, abrindo preceitos ao bullying.

A escola – ambiente onde são construídos laços afetivos ou intemperanças, relações interpessoais entre os alunos, podendo-se consolidar vínculos positivos ou negativos – é considerada por Reis, Nascimento e Santos (2016, p. 2) como o “eixo base das relações humanas”. Neste cerne, considera-se o bullying, que, por vezes, é cometido diante de professores e pais, como possível consequência dessas interações sociais. Erroneamente, em algumas situações, a rejeição apresentada pode ser considerada como comportamento natural, sendo assim ignorada pelos próprios responsáveis pelos estudantes (LOPES NETO, 2005). O bullying é conceituado por Lopes Neto (2005, p. 2) como “um fenômeno de rejeição que se caracteriza por atos de violência física ou verbal, que ocorrem de forma repetitiva e intencional contra uma ou mais vítimas”, podendo alcançar alunos disléxicos devido à exposição de suas dificuldades em sala de aula.

Tal afirmativa remete a reflexões aportadas por fundamentações teóricas referentes à temática que se delimitam ao aprofundamento do seguinte problema: os professores do Ensino Fundamental I têm realizado estratégias eficientes em sala de aula para evitar o bullying

contra alunos disléxicos?

O presente estudo tem por objetivo buscar maiores conhecimentos sobre as estratégias utilizadas por professores de Ensino Fundamental I para evitar o bullying direcionado a alunos disléxicos em sala de aula apontando ou não a eficiência de suas ações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Abordagens acerca da Dislexia

Mesmo sendo uma aptidão complexa, aprender a ler, para grande parte das pessoas, é uma habilidade parcialmente fácil. Entretanto, muitas pessoas, embora dotadas de inteligência de nível médio ou superior, apresentam dificuldade na aquisição da habilidade da leitura (TELLES, 2004).

Com base em uma análise metódica dos materiais bibliográficos produzidos sobre o tema, Massi (2004) afirma que há uma certa imprecisão conceitual do que tem sido considerado dislexia. Já Abreu (2012) diz que o termo incorpora dificuldade no ato de ler e, conseqüentemente, dificuldades na memorização e discriminação das letras ou grupos de letras, problemas de ritmo, ordenação, estruturação e compreensão das frases, prejudicando tanto a leitura como a escrita.

Segundo Barros (2007), o disléxico apresenta sintomas tais como: troca de letras, por exemplo, ta e da, ou, fa e va; dificuldade em distinguir o n do u, pois confunde a parte de cima com a parte de baixo; inversão das ordens das letras, por exemplo: pro ou rop no lugar de por; incapacidade de saber, com segurança, em qual lado fica a parte redonda das letras d e b, ou p e q; confusão ao utilizar o m ou o n. Isso ocorre por se tratar de letras parecidas.

Contudo, há uma definição mais completa sobre o que é dislexia, a qual, de acordo com Telles (2004), é a que tem sido adotada pela maioria dos autores. Segundo a Associação Internacional de Dislexia:

Dislexia é uma deficiência de aprendizagem específica de origem neurobiológica. É caracterizada por dificuldades com reconhecimento de palavras precisas e/ou fluentes e por habilidade de decodificação e de má qualidade, essas dificuldades geralmente resultam de um déficit no componente fonológico da linguagem que muitas vezes é inesperado em relação a outras habilidades cognitivas e ao fornecimento de instrução efetiva em sala de aula. As consequências secundárias podem incluir problemas na compreensão de leitura e na redução da experiência de leitura que podem impedir o crescimento do vocabulário e do conhecimento de fundo. (INTERNATIONAL DISLEXIA ASSOCIATION, 2012).

A causa desse transtorno era desconhecida até poucos anos atrás, portanto trata-se de algo recém descoberto, sendo considerado até então como um mistério, o que promoveu a criação de mitos e preconceitos, desvirtuando as pessoas que apresentam essa limitação, sejam elas crianças, jovens ou adultos (TELLES, 2004). A partir das constatações supracitadas, infere-se que, por se tratar de dificuldade na leitura e na escrita, o disléxico revela tais limitações de forma mais evidente no ambiente escolar.

Os Estados Unidos são os precursores na prescrição de metodologias de ensino mais eficientes a alunos com dislexia; são também os pioneiros em formular legislação educativa e na investigação científica sobre o tema. Já na Europa, a maioria das crianças disléxicas continuam sem serem diagnosticadas, uma vez que não há, no continente, uma base legal comum que lhes dê suporte. No Brasil, na maioria das vezes, os alunos são dependentes da beneficência dos educadores, sendo perdoados por sua limitação vocabular, pouca fluência leitora e erros ortográficos, visto não haver uma orientação comum específica quanto à metodologia reeducativa a ser adotada nesse caso (TELLES, 2004).

Políticas Públicas referentes a alunos com necessidades educacionais especiais

As leis que legitimam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais são ainda muito recentes. Entre elas, convém citar

as que mais se destacam em nível nacional e internacional.

A Constituição Federal de 1988 foi a pioneira ao declarar, em seu artigo 205, que todos têm direito à Educação, a qual é dever do Estado e da família (CF 88). Essa lei documentou a obrigatoriedade de acesso e permanência a todos no sistema educacional. Subsequente a ela, no ano de 1994, em Salamanca, na Espanha, foi assinada a Declaração de Salamanca, de extrema importância e destaque em nível internacional, pois assegurou legalmente práticas pedagógicas inclusivas no sistema educacional, ao proclamar que todas as crianças, adolescentes e adultos com necessidades educacionais especiais devem ser integrados no ensino regular, e que a escola é responsável por adequar-se às especificidades desses alunos (não o contrário), além de demandar que os governos acolham a educação inclusiva no formato de lei ou de política (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Embora seja reconhecida a legitimidade dessas leis, decerto benéficas, há que se considerar a sua extensa abrangência, pois tratam de necessidades educacionais especiais de um modo geral, não havendo, portanto, lei específica no campo da dislexia, o que torna mais difícil a inclusão de alunos disléxicos, não apenas no que se refere ao ingresso na escola, mas à inclusão no sistema educacional de fato. De acordo com Barreta e Canan (2012), as políticas públicas educacionais cumprirão o seu papel quando respeitarem o ser humano em suas diferenças, uma vez que não se trata apenas de dados quantitativos, considerando aqui o possível aumento do número de matrículas de alunos com necessidades especiais no ensino regular, mas também da qualidade e eficácia do atendimento a esses alunos.

Por conseguinte, isso afetará também na formação de professores, pois, não havendo a obrigatoriedade em forma de lei de o docente realizar a inclusão do disléxico, isso se tornará algo subjetivo e dependente de sua sensibilidade, considerando que há uma crença histórico-cultural de que o disléxico tem capacidade

cognitiva inferior à dos demais, em conformidade com Barros (2007, p. 143), quando cita a concepção bierrônea e preconceituosa de alguns professores sobre o assunto: “Se a dislexia não é um falso rótulo psicológico para a preguiça, então ela é apenas um disfarce do retardamento”. A autora afirma ainda que há uma resistência entre os professores em aceitar esse distúrbio (BARROS, 2007), portanto esse mito acaba sendo sustentado pela falta de capacitação específica do professor para o atendimento a alunos disléxicos.

Dislexia e suas implicações no âmbito escolar

Nos primeiros anos escolares, no início do processo de alfabetização, todas as crianças sentem dificuldades semelhantes às que os disléxicos apresentam no ato de ler e escrever. Contudo, em crianças não disléxicas, essas dificuldades vão sendo superadas gradativamente, enquanto no disléxico elas podem persistir por um longo tempo ou até pelo resto da vida (BARROS, 2007).

Ainda segundo Barros (2007), os erros cometidos pelos disléxicos têm relação com as dificuldades emocionais por eles vivenciadas, como a ansiedade, por exemplo, que pode alterar-se nesses casos, uma vez que os fatores emocionais se acumulam devido aos fracassos repetidos no ato de ler e/ou escrever perante os colegas em classe, o que acaba contribuindo para que o aluno não desenvolva o gosto pela leitura. Esse fato é comprovado por histórias contadas por algumas pessoas famosas que foram crianças disléxicas, quando relatam a angústia que viveram no período escolar, dizendo que estavam sempre tensos, tentando mostrar que haviam entendido tudo, assim como os outros alunos, entretanto havia sempre a preocupação de serem desmascarados, ou seja, o medo de suas dificuldades serem expostas e, conseqüentemente, tornarem-se motivo de “chacota” por parte dos colegas em sala de aula e de possíveis repressões por parte do professor (BARROS, 2007).

Tudo isso contribui também para outro fator: a evasão escolar. Durante os anos escolares,

o indivíduo constrói sua personalidade, e suas experiências vividas na escola o moldam, seja de forma positiva ou negativa, dependendo do tipo de vivência que tal indivíduo terá nesse ambiente. Receoso de ser ridicularizado pelos colegas, o aluno não terá motivação para ser participativo em sala de aula, repercutindo assim em sua autoestima, que será afetada de modo que ele não terá ânimo de permanecer na escola (MEOTTI; PERICOLI, 2013). Por isso, o aluno disléxico se torna uma possível vítima da evasão escolar, pois, além de ter sua autoestima potencialmente afetada devido ao não envolvimento ativo em sala de aula, suas dificuldades em ler e escrever o fazem também alvo do bullying. Além disso, uma vez que essa tensão e esse medo de ser desmascarado e ridicularizado por seus colegas se tornam demasiado penosos, o aluno poderá optar por não mais querer ir à escola.

De acordo com Miranda e Dusi (2015), a autoestima é um componente fundamental que liga todas as relações, e, quando a pessoa não se sente aceita assim como ela é, sua autoestima tende a comprometer-se. Desse modo, ainda segundo os autores, essa situação pode e deve ser interrompida através de atitudes, sobretudo educativas, mas também afetivas e acolhedoras.

Com base nesse pressuposto, é perceptível o papel do professor nesse processo, sendo ele o responsável pelas práticas e atividades de interação interpessoal em sala de aula.

Sendo assim, é necessário que o professor sensibilize os alunos à convivência solidária, baseada no respeito à diversidade e na tolerância, com a finalidade de não somente evitar o *bullying*, mas também promover a prática de valores fundamentais para a formação de cidadãos socialmente responsáveis (MIRANDA; DUSI, 2015).

O bullying e suas consequências

Conhecido pelos pesquisadores do tema como “fenômeno” e “síndrome social”, o bullying consiste no somatório de várias características, consequências e fatores sociais ou individuais.

Abordado em incontáveis pesquisas, trata-se de uma temática atual de estudo em constante necessidade de investigação, fato que pode ser constatado através da crescente bibliografia na área, recebendo contribuições de toda a parte do mundo (ANTUNES, 2010). Assim como a dislexia, o termo bullying apresenta certa imprecisão em sua definição, sendo conceituado de diferentes maneiras por diversos autores.

Segundo Ramos (2008), o termo bullying se origina do inglês “bull” – que significa “touro”, podendo ser entendido como “valentão” – e é definido como o “ato de bancar o valentão contra alguém”. Ainda segundo a autora, o fenômeno acontece no momento em que uma ou mais pessoas perseguem, humilham, apelidam o outro de forma cruel, ridicularizam, intimidam, excluem, agem com racismo ou de outra forma preconceituosa, ou ainda, agredem fisicamente, de forma sistemática e sem motivo evidente, uma outra pessoa.

Para Albino e Terêncio (2012), o bullying abrange todos os atos agressivos, repetitivos e intencionais de uma pessoa ou um grupo de pessoas contra outra(s), resultando em angústia, dor e sofrimento. Essa forma de agressividade, conforme os autores, impera em circunstância de desvantagem para o oprimido, por haver uma relação desigual de poder, de modo que a vítima não tem eficácia ao se defender.

O bullying é uma forma de violência não explícita; assim, por ser mais sutil, torna-se mais difícil sua identificação, diferenciando-se, em um ambiente escolar, de atos como pichações, vandalismo e agressões físicas, ações que produzem consequências visíveis (RAMOS, 2008). Por isso, é necessário ter maior sensibilidade para o reconhecimento desse “fenômeno”.

A vítima de bullying pode acabar se isolando socialmente, além de adquirir sintomas tais como: ansiedade e depressão, repentinas dores de cabeça e de estômago; ademais, a grande exposição ao estresse pode agravar problemas e sintomas, físicos ou patológicos, já existentes (MEOTTI; PERICOLLI, 2013).

O bullying no ambiente escolar

Embora seja uma temática atual, o bullying sempre esteve presente, sendo um velho conhecido principalmente em ambientes escolares. É certo que se trata de algo que ganhou maior destaque nos dias de hoje, porém sempre houve ocasiões em que alguns alunos passaram a perseguir e torturar, psicológica e fisicamente, aqueles avaliados por eles como “inferiores” ou mais frágeis (RAMOS, 2008).

A motivação para o bullying é ainda de difícil identificação, mas, em se tratando de casos no ambiente escolar, suas possíveis motivações são: situação econômica, timidez, raça, aparência física, religião, sotaque diferente, deficiência física e dislexia (SANTOS, 2012).

O bullying na escola, por afetar brutalmente a autoestima, pode interferir drasticamente não apenas na vida acadêmica da vítima, mas na qualidade de suas interações sociais, as quais são de muita relevância no decorrer da vida escolar do aluno (MIRANDA, 2015).

A autoestima tende a transtornar-se em ocasiões em que a pessoa não se sente aceita e acolhida da maneira que realmente é. O sentimento de impotência e a insegurança causada pelas provocações suscitam um ciclo que pode e deve ser interrompido por intermédio de atos eficazes, afetivos, acolhedores e extremamente educativos para com todos os integrantes do processo (MIRANDA, 2015).

Além disso, o professor pode identificar o início do bullying através de uma observação feita em sala de aula. Normalmente, o bullying se inicia através de uma brincadeira de mau gosto pelo possível autor, a qual é acompanhada por outros colegas. Acontecendo isso por mais de três vezes, pode ser considerado bullying e, caso sempre ocorra com a mesma vítima, torna-se maior a evidência de se tratar de bullying. Caso o professor observe que esse mesmo aluno se encontra sempre isolado, quieto, triste, comportado, provavelmente comprovará que se trata de bullying (FELIZARDO, 2017).

O impacto da escola na vida do aluno

A vivência coletiva escolar proporciona experiências mais duradouras e comunitárias na vida da grande maioria das pessoas, fato que pode ser claramente notado em obras literárias que relatam as memórias de autores. Estas, ao fazerem referências ao período da infância, trazem fortes lembranças dos tempos de escola (CORDEIRO, 2015).

Por conta dessa íntima relação entre infância e escola, torna-se difícil, para qualquer pessoa, a desassociação da identidade pessoal da sua própria imagem e de lembranças das experiências escolares (CORDEIRO, 2015).

A escola é tradicionalmente percebida como um local de aprendizado. É desejo de todos que o ambiente escolar seja saudável e seguro, onde os alunos possam se desenvolver intelectual e socialmente. Por isso, torna-se inadmissível que os alunos sofram violências nesse ambiente, gerando assim danos físicos e/ou psicológicos (LOPES NETO, 2005).

Sendo a escola um ambiente de interação social, de acordo com Santos (2009), essa relação no ambiente escolar efetua-se em sala de aula, em momentos de troca de ideias e de opiniões.

Os alunos disléxicos podem sofrer alterações em suas vidas, de um modo geral, devido a suas dificuldades na leitura e escrita. Isso ocorre como consequência de ocasiões quando eles não são auxiliados, tampouco compreendidos pelos professores e pais; desse modo, sentem-se frequentemente humilhados e atrasados em relação aos demais colegas. Essa situação muitas vezes se agrava, trazendo abalos psicológicos a esse tipo de alunado (STERN, 2010).

Segundo Libâneo (2015):

O trabalho docente constitui o exercício profissional do professor e este é o seu primeiro compromisso com a sociedade. Sua responsabilidade é preparar os alunos para se tornarem cidadãos ativos e participantes na família, no trabalho, nas associações de classe, na vida cultural e política. (p. 47).

Sendo assim, torna-se uma atividade substancialmente social, pois sua prática e ação cooperam para a formação científica e cultural do povo (LIBÂNEO, 2015). Portanto, o papel do professor não é somente ministrar o conteúdo determinado no currículo, mas envolve a sensibilidade de perceber que tem a responsabilidade de contribuir socialmente, por meio de sua prática docente, estimulando todos os seus alunos a terem um bom convívio uns com os outros, respeitando a individualidade e as necessidades de cada um.

METODOLOGIA

Optou-se por fazer uma pesquisa de campo quali-quantitativa, com aplicação de questionário a 30 professores do Ensino Fundamental I na cidade de Ubá, a fim de investigar se os educadores têm agido com eficiência no desenvolvendo de estratégias que favoreçam o combate ao bullying contra alunos disléxicos em sala de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

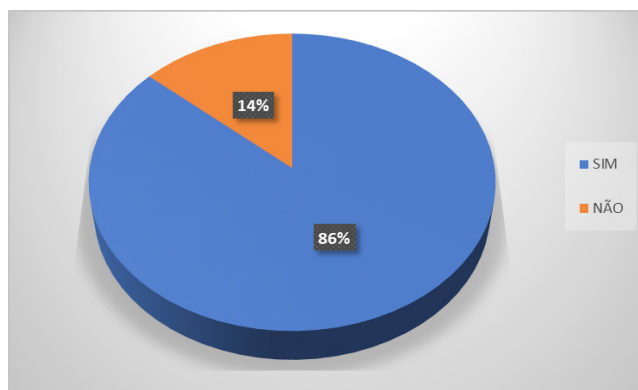
Por meio de questionários aplicados a trinta (30) professores da cidade de Ubá-MG, buscou-se identificar qual tem sido a postura e quais ações pedagógicas são adotadas pelos educadores para que o aluno disléxico não seja vítima de bullying por parte dos colegas de classe.

Os docentes foram questionados se encaminham à direção os casos de bullying ocorridos em sala de aula. Para efeito dessa pergunta, convém dizer que o bullying não diz respeito a qualquer atrito verbal entre os alunos, mas, de acordo com Miranda e Dusi (2015), trata-se de situações deliberadas e sistemáticas de um grupo ou de um indivíduo contra o outro, com a finalidade de obter controle e poder. Posto isso, grande parte dos professores afirmaram que encaminham os casos de bullying à direção da escola (Figura 1).

Nesse aspecto, Rubinho e Souza (2011)

afirmam que a gestão é um componente que viabiliza a construção de um ambiente acolhedor e solidário, em que cabe à direção buscar formas de minimizar a violência escolar. Os autores afirmam ainda que é da direção o papel de manter o bom funcionamento da escola, portanto, nesse contexto, está implícita a gestão não só de aspectos administrativos e financeiros, mas também de aspectos culturais e pedagógicos.

Figura 1 - “Encaminho à direção os casos de bullying entre alunos em minha classe.”



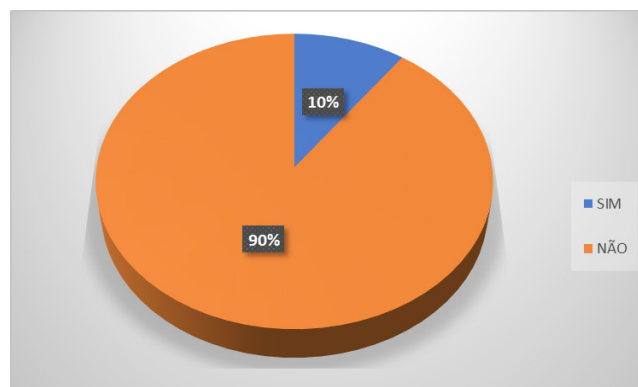
Fonte: dados de pesquisa (2017).

Levando em conta que 86% dos professores entrevistados encaminham à direção os casos de bullying ocorridos em classe, é relevante destacar que suas atitudes em sala de aula também contribuem de forma positiva ou negativa para a prática do bullying. Portanto, a postura do educador tem o poder de decidir, por vezes, a atitude do aluno.

Desse modo, desejando o bom relacionamento entre os alunos, torna-se fundamental que haja, no ambiente escolar, um aspecto de igualdade, não de homogeneidade, mas de uma perspectiva não excludente (MEOTTI; PERÍCOLI, 2013).

Com base nessa concepção, 90% dos entrevistados afirmaram que não privam seus alunos disléxicos, ou alunos que apresentam grande dificuldade de leitura e escrita, de executarem determinadas atividades em sala de aula (Figura 2).

Figura 2 - “Privo os alunos disléxicos (ou com grande dificuldade em leitura e em escrita) de executarem certos tipos de atividades em sala de aula.”



Fonte: dados de pesquisa (2017).

De acordo com Mantoan (2003), a exclusão, quando ocorre, concretiza-se por causa de crenças negativas que se alicerçam no pensamento de que o aluno é ignorante frente aos padrões de cientificidade do saber escolar, considerando, assim, a existência da democratização social na escola, mas não a possibilidade de adesão a novos conhecimentos.

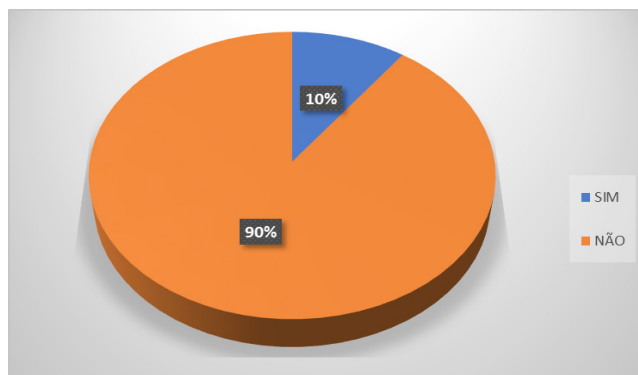
Desse modo, a autora afirma que o êxito da aprendizagem ocorre quando os talentos e as predisposições naturais de cada aluno são desenvolvidos, considerando, sim, suas dificuldades e limitações, mas não deixando que isso restrinja o processo de ensino (MANTOAN, 2003). Importa que a pluralidade seja trabalhada de forma positiva em sala de aula, de modo a evitar que as diferenças gerem conflitos, os quais, consequentemente, tomem a forma de violência (MEOTTI; PERÍCOLI, 2013).

Os professores entrevistados também foram questionados sobre o método de avaliação por eles utilizado, pois, de acordo com Mantoan (2003, p. 39), “a avaliação é também um instrumento de aperfeiçoamento e de depuração do ensino e quando a tornarmos mais adequada e eficiente, diminuiremos substancialmente o número de alunos excluídos das escolas”.

A Figura 3 revela que a grande maioria dos educadores aplica constantemente trabalhos em grupos por crer na importância da interação social entre os alunos. Já a Figura 4 evidencia-se quase

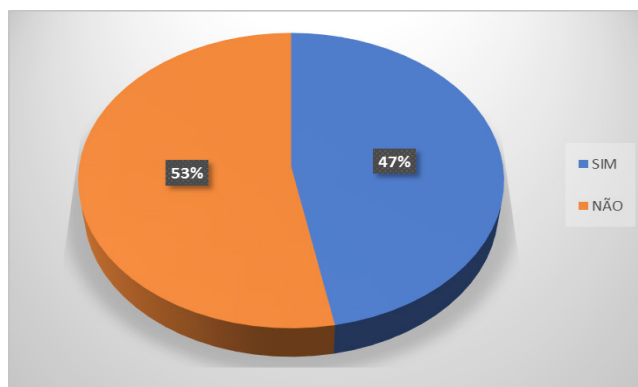
que um impasse quanto à questão apresentada, a saber: priorizam-se trabalhos individuais em sala de aula por crerem ser esse método mais eficaz na observação do rendimento dos alunos.

Figura 3 - “Aplico trabalhos em grupo constantemente, pois creio que é essencial a interação entre os alunos.”



Fonte: dados de pesquisa (2017).

Figura 4 - “Priorizo trabalhos individuais; dessa forma, torna-se mais eficaz a observação do rendimento dos alunos.”



Fonte: dados de pesquisa (2017).

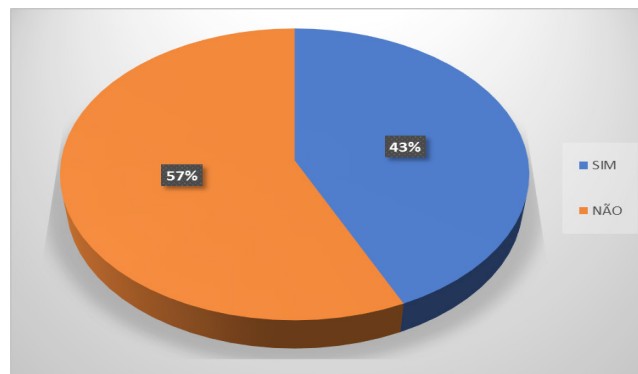
Convém dizer que a prática pedagógica ainda é marcada, em partes, pela individualização dos trabalhos e tarefas. Já o trabalho em grupo é vinculado à capacidade de exercer o desenvolvimento da cooperação entre os alunos, da capacidade de tomarem decisões, de terem a consciência da pluralidade dos talentos de cada um, entre outras habilidades (MANTOAN, 2003).

A exclusão tende a ganhar espaço com situações em que há a prática do ensino seletivo, pois este gera indisciplina, discriminação,

competição e preconceito, além de categorizar os bons e os maus alunos (MANTOAN, 2003), fatores que também estimulam a prática de bullying.

Considerando esses aspectos, os docentes foram questionados se premiam e/ou destacam alunos que apresentam melhor desempenho em certas atividades em sala de aula, uma vez que esse recurso pode estimular a competição entre os alunos. Embora a maioria dos professores não seja adepta a esse método, nota-se que boa parte dos docentes faz uso desse recurso, conforme se observa na Figura 5.

Figura 5 - “Premio e/ou destaco alunos que apresentam melhor desempenho em certas atividades em sala de aula.”

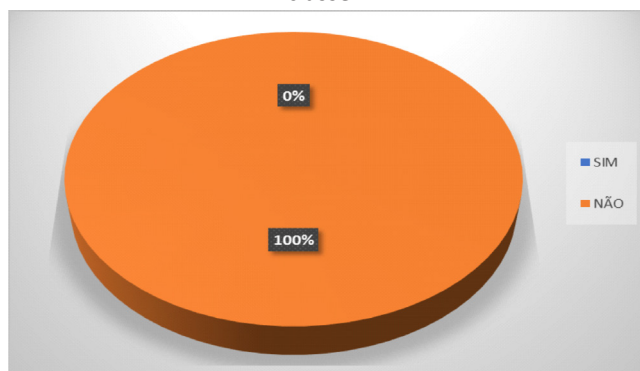


Fonte: dados de pesquisa (2017).

Embora os professores participantes, em totalidade, tenham afirmado não permitirem qualquer tipo de apelido em sala de aula, conforme se observa na Figura 6, convém destacar que o próprio docente pode estimular seu aluno, mesmo que sem intenção, ao hábito de apelidar o colega em classe.

De acordo com Felizardo (2017), o ato de apelidar o outro é a forma mais comum de praticar o bullying em todo o mundo. Ainda segundo o autor, esse ato pode ser motivado pela escola no momento em que o professor faz ofensas verbais, brincadeiras de mau gosto, ou expõe publicamente seu aluno, etc.

Figura 6 - “Permito qualquer apelido entre alunos em classe.”



Fonte: dados de pesquisa (2017).

A verbalização de apelidos pode ocorrer, mesmo sem que haja a intenção do professor de contribuir com essa prática. Em função disso, o docente deve se atentar para o modo como se refere aos alunos e até mesmo aos termos utilizados para corrigi-los em ocasiões de erros em determinadas atividades propostas em classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é notório o peso que têm as ações do professor em sala de aula. Considerando que as práticas pedagógicas e o nível de afetividade do professor com seus alunos são fatores que podem nortear o comportamento e a postura dos discentes, o docente tem um papel extremamente relevante na vida do disléxico, uma vez que este, provavelmente, enfrentará barreiras em sua carreira acadêmica, seja por parte da indiferença do próprio professor ou pela baixa autoestima causada, sendo, por vezes, motivo de deboche por parte dos colegas de classe, que ainda não compreendem as dificuldades impostas pela dislexia.

Diante da proposta deste ensaio – analisar as ações do professor mediante esta situação – conclui-se que os educadores entrevistados têm colaborado de forma positiva para que seus alunos com dislexia não sofram esse tipo de violência, denominada bullying, em sala de aula. Convém destacar que boa parte dos professores prioriza trabalhos individuais e premia alunos com

melhor desempenho em determinadas atividades em classe – que constituem atitudes geradoras de competição entre os alunos, conforme crítica Mantoan (2003); em contrapartida, as atividades em grupo são muito recorrentes em sala, contribuindo para que o professor trabalhe, com os alunos, a cooperação e o trabalho em equipe, de modo a evidenciar os pontos fortes de cada um, e não o contrário.

Torna-se, portanto, de extrema importância que o professor tenha sensibilidade para perceber que o disléxico possivelmente possa enfrentar essa barreira, contribuindo para que a vida acadêmica de seu aluno com dislexia seja mais prazerosa. A ação do educador não pode se restringir apenas aos métodos pedagógicos eficientes, mas deve ter consonância com afetividade e empatia, agindo assim, de fato, como educador, transformando seu entorno por meio da quebra de estereótipos contra o disléxico.

Este assunto é ainda pouco discutido, portanto não se esgotam aqui as considerações necessárias; pelo contrário, por se tratar de questões recorrentes no cotidiano de professores, abrem-se pressupostos para que sejam pesquisadas também por outros autores as questões tratadas neste ensaio.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Sônia Isabel Alves de. Dislexia: aprender a aprender. 2012. Dissertação de Mestrado.
- ALBINO, Priscilla Linhares; TERÊNCIO, Marlos Gonçalves. Considerações críticas sobre o fenômeno do bullying: do conceito ao combate e à prevenção. Revista Eletrônica do CEAf. Porto Alegre - RS, Ministério Público do Estado do RS, v.1, n. 2, 2012.
- ANTUNES, Deborah Christina. Bullying: razão instrumental e preconceito. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- BARRETTA–URI, Emanuele Moura; CANAN–URI, Sílvia Regina. Políticas Públicas de Educação Inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais. 2012.
- BARROS, Cecília Silva Guimarães Barros. Pontos da psicologia escolar. 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CORDEIRO, Jaime. Didática. 2. ed., 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

FELIZARDO, Aloma Ribeiro. Bullying escolar: prevenção, intervenção e resolução com princípios da justiça restaurativa [livro eletrônico] /Aloma Ribeiro Felizardo. Curitiba: InterSaberes, 2017.

INTERNATIONAL DYSLEXIA ASSOCIATION. 2002. Disponível em: <https://dyslexiaida.org/definition-of-dyslexia/>.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. Coleção Magistério. Série Formação do Professor).

LOPES NETO, Aramis A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria*, v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005.

MANTOAN, M. T. É. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MASSI, G. A outra face da dislexia. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MENEZES, Maria Roseane Gonçalves de; CHAVES, Jocielle Oliveira; CONCEICAO SILVA, Jocilene Maria da. Dislexia e suas implicações no processo de ensino aprendizagem da leitura e escrita. In: Atas do 2º Congresso Internacional de Psicologia, Educação e Cultura.

MEOTTI, Juliane Prestes; PERÍCOLI, Marcelo. A postura do professor diante do bullying em sala de aula. *Revista Panorâmica*, v. 15, p. 66-84, 2013.

MIRANDA, Simão de. Previna o bullying: jogos para uma cultura de paz [livro eletrônico]. Campinas, SP: Papirus, 2015.

RAMOS, Ana Karina Sartori. Bullying: a violência tolerada na escola. Cascavel/PR: Unioeste, 2008.

REIS, Camila dos Santos; NASCIMENTO, João Paulo de Andrade; SANTOS, Ray da Silva. Cultura livresca na atualidade: o papel do letrado no incentivo à leitura por prazer e conhecimento. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, v. 9, n. 1, 2016.

STERN, A. C. B. As barreiras encontradas pelo disléxico no ensino regular. Monografia. Universidade Presbiteriana Mackenzie – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, São Paulo, 2010.

TARPONOL, L; TARNOPOL, M. (Orgs.) Disabilities: an international perspective. Tradução: Betti Raquel Lerner e Lidia Rosenber Aratangy. Distúrbios de Leitura: uma perspectiva internacional. São Paulo: Edart, 1981.

TELES, Paula. Dislexia: como identificar? Como intervir? *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, v. 20, n. 6, p. 713-30, 2004.